

IAOD do Deputado Ma Chi Seng em 04.08.2020

Sugestões sobre o desenvolvimento da Ilha de Hengqin

Na Cerimónia das Comemorações do 20.º Aniversário do Regresso de Macau à Pátria e da Tomada de Posse do 5.º Governo da RAEM, o Presidente Xi Jinping afirmou expressamente que “Macau deve articular-se activamente com a estratégia nacional e aproveitar as oportunidades decorrentes da iniciativa ‘Uma Faixa, Uma Rota’ e da construção da Grande Baía para desenvolver mais as próprias vantagens e fortalecer as vantagens competitivas. Agora, deve, especialmente, cooperar com Zhuhai na exploração da Ilha de Hengqin, no sentido de criar um espaço amplo e de injectar novo dinamismo no desenvolvimento a longo prazo de Macau.”. Este ano, o Governo da RAEM, com base nos trabalhos já realizados e de acordo com a nova conjuntura, continua a planear e a promover o desenvolvimento da Ilha de Hengqin. No Relatório das LAG para 2020, o Chefe do Executivo, Ho Iat Seng, também afirma que “Hengqin constitui uma alternativa para o futuro desenvolvimento de Macau, proporcionando novas oportunidades e esperanças.”.

Desenvolver Hengqin é um meio eficaz para Macau poder tomar a iniciativa de planear e participar na construção da Grande Baía, pois pode ultrapassar as limitações do seu desenvolvimento, devido à falta de recursos, e criar uma plataforma maior e mais oportunidades de desenvolvimento para a sua população. Assim sendo, neste momento e num futuro próximo, a RAEM deve maximizar as suas potencialidades, articular-se bem com a construção da Grande Baía, dar resposta às necessidades do País, encontrar pontos fulcrais para o seu desenvolvimento, e procurar de forma pragmática um método para concretizar a cooperação de Macau no desenvolvimento da Ilha de Hengqin.

Assim sendo, apresento as seguintes sugestões:

Primeiro, reforçar a comunicação com Guangdong, Zhuhai e Hengqin e planear bem as políticas. Em Macau e Hengqin aplicam-se regimes políticos, sistemas administrativos e normas jurídicas diferentes, por isso, na cooperação para o desenvolvimento de Hengqin, o mais urgente é ter um bom planeamento global, a fim de ultrapassar, ao máximo, as restrições impostas por cada sistema e de promover a circulação dos diversos recursos. Propõe-se que, como base na experiência obtida na cooperação regional, se reforce os mecanismos de coordenação e cooperação com os governos de Guangdong, Zhuhai e Hengqin, estudando de forma abrangente as regras, os regimes, os mecanismos relacionados com a cooperação entre os dois lados, e promovendo as vantagens da complementaridade entre as regiões, por forma a estabelecer relações de amizade para se pode negociar, construir e partilhar em conjunto.

Segundo, continuar a aumentar a eficiência da passagem fronteiriça entre Macau e Hengqin e aproveitar bem o novo posto fronteiriço de Hengqin. Os postos fronteiriços podem permitir a interligação das infra-estruturas entre Macau e Hengqin. Em relação ao posto fronteiriço de Hengqin, o Governo da RAEM tem-se empenhado, ao longo dos anos, em aumentar a eficiência da passagem fronteiriça e inovar nos modelos de passagem

fronteiriça. No novo posto fronteiriço de Hengqin, vai ser adoptado o novo modelo de “inspecção fronteiriça integral”, que pode facilitar a circulação de pessoas entre as duas regiões, bem como a construção conjunta em Hengqin da “zona de cooperação profunda entre Guangdong e Macau” pelos governos da RAEM e de Guangdong.

Terceiro, apoiar o desenvolvimento das empresas de Macau em Hengqin e criar condições para o desenvolvimento de Hengqin. O desenvolvimento de Hengqin depende das empresas, mas os apoios do Governo às empresas transfronteiriças continuam por reforçar. Neste momento, a maior parte das políticas de apoio é apenas aplicável em Macau, portanto, propõe-se que as empresas de Macau que se desenvolvem em Hengqin beneficiem das mesmas políticas, para poderem obter os apoios necessários. Além disso, o Governo deve incentivar as empresas a estabelecerem os seus negócios em Hengqin, criando condições mais facilitadas em termos de capitais, logística, fluxo de informação, serviços públicos, etc., a fim de promover o desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau e incentivar mais pessoas a participar no desenvolvimento de Hengqin.

IAOD do Deputado Chui Sai Peng José em 04.08.2020

Promover a criação das comissões de condóminos através da revisão da lei e da sua divulgação

Recorde-se que, no final de 2018, aconteceu um incêndio no supermercado do rés-do-chão do Edifício *Fortune Tower*. Há dias, registou-se, outro incêndio no referido edifício, provocado pelo envelhecimento das instalações eléctricas, o qual, felizmente, não causou nem feridos nem mortos, e só foram afectados as lojas no rés-do-chão e dois edifícios, onde mais de 500 famílias ficaram sem água e electricidade durante dois dias, e neste caso, o alarme não tocou. Em Abril de 2019, um curto-circuito na sala de potência eléctrica num bloco do Edifício Kam Hoi San provocou um incêndio e, em Outubro do mesmo ano, ocorreu outro incêndio no Edifício Kuong Fok Cheong, e, neste caso, a mangueira de incêndio não tinha água. Estes casos soaram, repetidamente, o alarme sobre a segurança e a manutenção das instalações comuns nos edifícios antigos, por isso, há que prestar, quanto antes, atenção à essência do problema.

Desde a entrada em vigor em 2018 da Lei n.º 14/2017 (Regime jurídico da administração das partes comuns do condomínio), os serviços públicos, as empresas de administração predial e as organizações sociais não têm poupado esforços na sua divulgação e promoção, bem como no apoio aos edifícios na criação da comissão de condóminos, mas, são poucos os edifícios onde foram criadas comissões de condóminos. Nos termos do artigo 39.º da referida Lei, “os membros da administração são eleitos pela assembleia geral do condomínio”. Por isso, só quando os condóminos pretenderem estabelecer uma comissão de condóminos, e o “plenário” for realizado com sucesso, nos termos da lei, é que os membros do órgão de administração podem ser eleitos. Quanto à constituição da comissão de condóminos, não há, neste momento, um prazo legal definido nem sanções respectivas, portanto, os respectivos efeitos jurídicos não são satisfatórios. É difícil fazer reparações quando se exige financiamento dos moradores, porque se depende apenas da empresa de administração predial para tratar dos assuntos relativos às instalações comuns. A divulgação da assunção de responsabilidade de segurança pública por parte dos condóminos é insuficiente, e os que querem assumir essa responsabilidade também não podem fazer nada, por isso, a forma eficaz de organizar os proprietários para assumirem, em conjunto, os trabalhos de reparação é a chave do problema.

Devido à necessidade de resolver o problema de segurança das instalações dos edifícios e à importância e à oportunidade da criação da comissão de condóminos, sugiro ao Governo que reforce, quanto antes, a divulgação da lei e que aproveite a oportunidade da sua revisão para desarmar esta bomba relógio, ou seja, o envelhecimento dos edifícios.

Sugiro então: primeiro, que o Governo reforce a divulgação sobre os riscos potenciais do envelhecimento dos sistemas comuns, em particular, as situações passíveis de acidentes, para que os proprietários compreendam que a manutenção quotidiana das paredes exteriores, das instalações da electricidade, da água, do sistema contra incêndios e dos elevadores tem uma relação estreita com a sua segurança pessoal, com vista a elevar a consciência de dever de responsabilidade conjunta, e a incentivar as comissões de

condóminos a acompanharem e a efectuarem reparações dos edifícios e a continuarem a divulgar a importância da manutenção conjunta das instalações dos edifícios.

Segundo, que incentive a criação das comissões de condóminos. De acordo com o referido regime, a sua revisão será feita três anos após a sua entrada em vigor, assim, sugiro ao Governo que, aquando da revisão, considere introduzir um prazo para os edifícios criarem as comissões de condóminos, e que, por exemplo, conceda condições mais favoráveis quanto ao pedido do Fundo de Reparação Predial, para incentivar a constituição destas comissões dentro do prazo fixado, e que, quanto aos proprietários que não constituam as comissões de condóminos no prazo definido, e no caso de acidentes, lhes sejam aplicadas sanções e sejam efectuadas inspecções obrigatórias, para aumentar a sua consciência sobre a responsabilidade de salvaguardar a segurança pública.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 04.08.2020

Face ao flagelo da Covid-19, que surgiu há mais de 6 meses e continua sem dar sinais de melhoria, a economia de Macau continua a piorar. De acordo com um inquérito dos Serviços de Estatística e Censos, entre Abril e Junho, a taxa de desemprego global foi de 2,5%, e a dos residentes locais, 3,5%, ambas com mais 0,1% do que entre Março e Maio, aumento esse que se mantém nos últimos 5 períodos. As receitas do jogo, que diminuem há 9 meses seguidos, em Junho registaram uma queda brusca de 97% em comparação com o ano passado, ao atingirem 716 milhões, o recorde mais baixo desde que há registo.

Para a retoma da economia e o combate à pandemia, o Governo lançou várias medidas. Por exemplo, a 2.^a fase das excursões locais “Vamos! Macau!”, com 10 novos itinerários, foi muito procurada pelos residentes. Além disso, como as excursões podem ser pagas com o dinheiro da 2.^a fase do cartão de consumo, acredita-se que vão incentivar a procura interna. Porém, para a verdadeira retoma do turismo, é essencial reabrir os vistos individuais dos residentes do Interior da China, e recuperar as viagens transfronteiriças. Desde que as restrições fronteiriças entre Macau e Guangdong foram gradualmente levantadas em meados de Julho, pode-se atravessar a fronteira através de todos os postos fronteiriços, e não é preciso ficar de quarentena, desde que se apresente um certificado de resultado negativo do teste de ácido nucleico, emitido nos últimos 7 dias e um código de saúde reconhecido. Em 15 de Julho, o Interior da China voltou a emitir vistos individuais não turísticos aos residentes de Guangdong, medida que vai ser estendida a outras províncias em 12 de Agosto. Isto é a luz ao fundo do túnel para os diversos sectores que lutam pela sobrevivência. Segundo o Secretário para a Economia e Finanças, a retoma dos vistos faz parte dos planos do Governo, mas é preciso fazer bem a prevenção da pandemia. Referiu que está confiante e optimista em relação ao turismo, mas o Governo tem de lidar bem com a fase preparatória do visto individual, para enfrentar a nova conjuntura do turismo pós-pandemia.

De facto, a primeira tarefa do Governo é fazer bem os trabalhos de prevenção. Em Hong Kong, a epidemia voltou em meados de Julho, e registaram-se, durante vários dias, mais de uma centena de casos, e também uma tendência de aumento das mortes. Já surgiram casos de infecção nas zonas comunitárias e a situação é grave. Embora em Macau não haja casos locais há mais de 120 dias e as zonas comunitárias estejam seguras, certo é que Macau está separada de Hong Kong por um mar, portanto, há um certo risco. Além disso, com o levantamento das restrições às passagens entre Guangdong e Macau, os riscos aumentam. Espero que o Governo continue a desenvolver os trabalhos conjuntos de prevenção e controlo da epidemia com as regiões vizinhas, e a reforçar a inspecção e o controlo das pessoas de alto risco que entram em Macau, e a população não pode ficar relaxada, deve continuar a manter a consciência de prevenção e prestar atenção à higiene pessoal.

Sob a premissa de que a epidemia está segura e controlada, sugiro ao Governo que dialogue activamente com os serviços competentes do Interior da China, para que seja dada preferência à emissão, pelas nove cidades na Grande Baía, de vistos para Macau e que depois se alargue a medida a toda a província de Guangdong. O Governo deve planear bem o desenvolvimento do turismo, explorar mais projectos turísticos de alta qualidade, e aumentar as experiências e os produtos turísticos, com vista a atrair mais turistas a consumo e a prolongar a sua estadia em Macau. Há que preparar, quanto antes, a recuperação da vitalidade do mercado turístico local. Sugiro ainda ao Governo que, com base nas excursões locais, proceda a um estudo sobre o lançamento oportuno de roteiros turísticos de “visita entre Macau e Hengqing” e “itinerários turísticos com paragens nas várias cidades da Grande Baía”, para que as actividades turísticas se estendam a outras regiões e se ofereça mais opções aos residentes, apoiando-se assim o sector turístico local na sua rápida recuperação.

IAOD do Deputado Ip Sio Kai em 04.08.2020

Dinamizar o mercado / Aumentar a capacidade de tratamento de águas residuais

Após o retorno de Macau à Pátria, a economia de Macau desenvolveu-se rapidamente. Com o aumento da população residente e do número de visitantes, a produção diária de águas residuais aumentou também. Actualmente, existem em Macau cinco estações de tratamento de águas residuais (ETAR), duas na Península de Macau e três nas Ilhas, das quais a da Península de Macau, situada na Areia Preta, tem a maior capacidade de tratamento diário.

O tratamento das águas residuais divide-se em três níveis: o primeiro consiste apenas na descarga para o mar, após sedimentação de substâncias sólidas; o segundo consiste na descarga para o mar, após a decomposição de substâncias orgânicas nocivas solúveis na água; e o terceiro consiste num processamento avançado, em que através da decomposição química e física dos componentes poluentes, se melhora a qualidade das águas residuais antes da sua descarga para o mar.

Na Península de Macau, a produção diária de águas residuais ultrapassa as 170 mil toneladas e o volume das águas tratadas nas respectivas ETAR atinge 144 mil toneladas por dia, portanto, as estações já estão sobrecarregadas. Cerca de metade das águas residuais são sujeitas a tratamento básico, isto é, são lançadas directamente para o mar logo após o tratamento do primeiro nível, o que resulta em poluição das águas costeiras.

Mais, a ETAR da península de Macau entrou em funcionamento em 1995, já se passaram mais de 20 anos, por isso os equipamentos já estão, de certa forma, envelhecidos. Com o aumento do volume de águas residuais produzidas diariamente e com a mudança da natureza dessas águas, a ETAR já não consegue responder às necessidades do desenvolvimento social.

Por isso, o Governo deve acelerar o processo de modernização e expansão em volumetria da ETAR da península de Macau, para que as águas residuais libertadas sejam tratadas de forma correcta. Ao mesmo tempo, deve ser acelerada a construção da nova ETAR, na extremidade sul da ilha artificial da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, esperando-se que a mesma entre em funcionamento quanto antes, no sentido de aumentar a capacidade de tratamento de águas residuais na península de Macau, melhorar a qualidade das águas costeiras e criar um bom ambiente.

Na Universidade de Macau e na zona de habitação pública de Seac Pai Van foi criado um sistema aperfeiçoado de utilização de água reciclada, no entanto, ao longo dos anos, não foi produzida nem uma gota de água reciclada. O Governo realizou uma consulta pública sobre o plano de reciclagem de água e já na altura a sociedade concordou com a ideia, mas como o estudo respectivo considerou que a água reciclada era dispendiosa e a produção era limitada, o plano está suspenso.

Com o aprofundamento dos trabalhos do País no âmbito da conservação energética e

redução de emissões, a tecnologia de reciclagem das águas residuais já está bastante amadurecida. As ETAR do Interior da China, na sua maioria, adoptam os critérios A do nível 1, e basta as águas passarem pela esterilização para poderem ser usadas como águas recicladas. Que se saiba, foram instalados equipamentos semelhantes de tratamento de águas residuais no Centro de Reabilitação para Idosos de Ká-Hó, em Coloane, e as despesas de tratamento por cada tonelada de água são inferiores a um terço do preço da água canalizada.

Assim, sugiro ao Governo que reinicie oportunamente o plano de reciclagem de água, estude a criação de um mecanismo para a sua comercialização, liderado pelo Governo e com o objectivo de dinamizar o mercado, e aprofunde o desenvolvimento e aproveitamento da água reciclada em articulação com a construção dos novos aterros urbanos e com a renovação urbana. Tudo isto contribuirá para poupar recursos hídricos, reduzir a sua poluição, melhorar o ambiente, promover o desenvolvimento da indústria de protecção ambiental e reduzir os custos do tratamento de águas residuais.

Sugiro ainda ao Governo que, através da Grande Baía, pondere promover, com as suas cidades, o desenvolvimento da reciclagem de água, melhorando as infraestruturas verdes e os mecanismos de cooperação na área da protecção ambiental, criando uma Baía verde, saudável e com baixo carbono.

IAOD do Deputado Wang Sai Man em 04.08.2020

Ajudar as PME a expandirem as actividades do comércio electrónico para integrar a conjuntura de desenvolvimento da Grande Baía

A epidemia do novo coronavírus já se arrasta há meio ano e, neste momento, para além das lojas que mal conseguem sobreviver à custa da procura interna dos residentes das zonas residenciais, as situadas próximo das zonas turísticas e dos casinos ou suspenderam as suas actividades, por tempo indeterminado, ou já estão encerradas. Creio que há meio ano ninguém imaginava isto.

De facto, neste meio ano de luta contra a epidemia, muitas micro, pequenas e médias empresas esforçaram-se por enfrentar as adversidades. Para além do aumento de promoções, participaram também em exposições de vendas *online* e *offline*, a fim de angariar mais negócios, sobrevivendo à epidemia. Mas, infelizmente, como a estrutura económica de Macau é simples e o mercado é pequeno, nem todas essas empresas conseguem inverter a situação.

Mas, no Interior da China, apesar da recessão económica causada pela epidemia, alguns sectores emergentes conseguiram remar contra a corrente, sendo o comércio electrónico transfronteiriço um deles. É possível, através de plataformas de comércio electrónico concretizar as transacções entre diferentes fronteiras. Segundo as estatísticas da Administração Geral de Alfândega da China, no primeiro semestre deste ano, as importações e exportações por este meio aumentaram 26,2 por cento, tendo as exportações aumentado 28,7 por cento e as importações, 24,4 por cento. Assim, o bom uso deste tipo de comércio ajudou as empresas da China a compensar parte dos impactos negativos causados pela epidemia na sua economia.

O desenvolvimento do comércio electrónico transfronteiriço em Macau ainda enfrenta alguns obstáculos, como formalidades complexas na declaração dos impostos alfandegários e nas liquidações. Mais, muitos produtos das micro e PME de Macau não têm uma marca, por isso muitos produtos artesanais e alimentares não são produzidos em grande escala e os custos logísticos internacionais são elevados, o que dificulta a substituição de mercadorias. A exploração de uma plataforma de comércio electrónico transfronteiriço envolve a criação de equipas de trabalho, e o investimento em recursos humanos é enorme, os quais escasseiam nas micro e PME de Macau, o que é um problema, por isso essas empresas não suportam os custos da criação dessas plataformas.

Assim, sugiro ao Governo que tome a iniciativa de construir uma plataforma de comércio electrónico transfronteiriço que sirva principalmente as micro e PME de Macau, apoiando, através desta plataforma única de serviços, o seu desenvolvimento de actividades de comércio nesse âmbito, especialmente na entrada no vasto mercado do comércio electrónico do Interior da China, para as empresas poderem tratar, de forma *one-stop*, a abertura de lojas *online*, o registo de produtos, o transporte e a liquidação transfronteiriços, o desalfandegamento e a distribuição dos produtos, entre outras necessidades das actividades de importação e exportação. Tudo isso tem como objectivo

minimizar os custos de investimento e operações das micro e PME de Macau no comércio electrónico, e acelerar a sua promoção e integração no desenvolvimento da Grande Baía.

Por outro lado, espero que o Governo reforce a divulgação, ajudando as micro e PME a conhecerem o mercado do comércio electrónico transfronteiriço dentro e fora do país, obtendo as respectivas políticas e informações, e dominando as alterações do mercado, para apoiar as PME a encontrar uma maior cooperação comercial através do mercado do comércio electrónico transfronteiriço.

O comércio electrónico transfronteiriço é uma novidade em Macau e por isso há uma grande falta de talentos. O Governo, para além de importar adequadamente talentos para esta área, deve também reforçar a formação de talentos locais. O modelo de formação tem de acompanhar as alterações da conjuntura económica, e as exigências de reconversão e valorização da estrutura industrial, conciliando, deste modo, o ensino com o funcionamento efectivo da indústria, e formando profissionais qualificados e especializados na área do comércio electrónico, adequados às necessidades do desenvolvimento social e industrial de Macau.

IAOD da Deputada Chan Hong em 04.08.2020

Reforçar a fiscalização das compras de géneros alimentícios *on-line*

Com o avanço gradual da construção de uma cidade inteligente, a internet já está integrada na vida da população, sendo cada vez mais comum em Macau as plataformas electrónicas de compras, o pagamento electrónico, e as compras *on-line*. As compras *on-line* facilitam a vida aos residentes, mas ao mesmo tempo suscitam questões relacionadas com a legislação, a supervisão e a segurança. Uma das preocupações da sociedade é a segurança da compra de géneros alimentícios *on-line*. A sociedade espera que as autoridades regulamentem, através de legislação, as compras de géneros alimentícios *on-line* e reforcem o respectivo controlo de qualidade, a fim de proteger os direitos e a segurança dos consumidores.

Existem em Macau cerca de 430 lojas *on-line* para compras de géneros alimentícios, e a maioria é física. A Lei n.º 5/2013 (Lei de segurança alimentar) aplica-se à venda *on-line* de géneros alimentícios. Em 2016, as autoridades da RAEM lançaram o “Plano de Registo para o Sector Alimentar”, incentivando os estabelecimentos de *take away* e de compras *on-line* a registarem-se voluntariamente, e até à data, as autoridades competentes contam com mais de 330 registos. No entanto, com o aumento contínuo das compras *on-line* por parte dos residentes, prevê-se que o número de lojas continue a aumentar. Se não se exigir às lojas de produtos alimentares *on-line* que se registem nas autoridades, as lacunas na segurança alimentar e os consumidores vão continuar sem garantias eficazes. Em finais de 2018, as autoridades afirmaram que iam legislar sobre o registo obrigatório das entidades que produzem e comercializam géneros alimentícios, incluindo as lojas de *take away* e as lojas de compras *on-line*, que ainda não estão sujeitas a regime de licenciamento, mas a legislação ainda está em fase de elaboração.

Com a epidemia do coronavírus, as compras *online* aumentaram muito, e no caso das efectuadas ao exterior, apresentam riscos de informática, de transporte e de responsabilidade, nomeadamente porque há grande discrepância na qualidade nos alimentos à venda, e em alguns casos nem se sabe a sua origem. Por isso, há incertezas em relação à qualidade e à higiene, é difícil garantir os direitos e interesses dos consumidores, e os alimentos não examinados ou não inspeccionados, comprados na internet durante a epidemia, apresentam mais riscos, porque não se sabe se foram contaminados pelo vírus na fabricação ou no transporte. Os residentes devem prestar atenção aos riscos e evitar as compras *online* de alimentos de origem desconhecida, para garantir a saúde e os seus direitos e interesses enquanto consumidores.

Assim, proponho o seguinte:

1. Acelerar a revisão do diploma sobre a segurança alimentar, prever a obrigação de registo de todas as lojas de alimentos *online* de Macau nas autoridades, e reforçar a divulgação das mensagens sobre a segurança dos alimentos à venda *online*;

2. Manter a comunicação estreita com as lojas *online*, reforçar a divulgação da Lei de segurança alimentar, promover o fabrico e a comercialização dos alimentos à venda *online* nos termos da lei;

3. Reforçar a cooperação com as plataformas de compras *online*, proceder à vistoria regular dos alimentos à venda, realizar inspecções aleatórias aos alimentos com alto risco, aumentar a fiscalização e garantir o cumprimento dos requisitos de higiene;

4. Reforçar a educação, a divulgação e a sensibilização dos residentes em relação à segurança dos alimentos à venda *online* no exterior.

IAOD da Deputada Song Pek Kei em 04.08.2020

Aperfeiçoar o regime da função pública

A reforma da função pública tem sido uma forte solicitação da sociedade. Nos 20 anos após o Retorno de Macau, o Governo tem prestado elevada atenção ao desenvolvimento da função pública, e essa reforma tem sido prioridade em todos os mandatos do Governo. Nas Linhas de Acção Governativa de 2020, o Chefe do Executivo afirmou que, no âmbito dessa reforma, a prática tradicional de repetir a divisão e fusão dos serviços não pode continuar, e é necessário proceder à integração funcional dos serviços e recorrer às novas tecnologias informáticas, para construir, através de megadados, um «Governo digital». Mais, orientado pela estratégia «identificar os problemas para reformar», o Governo vai, sob o princípio da «globalidade, precisão e estabilidade», reforçar o projecto e definir o plano da reforma global. A reforma da Administração Pública deixou de ser um *slogan*, e vai ter acções planeadas, coordenadas e concretas. Assim, a sociedade tem mais esperança no plano de reforma do actual Governo, e os funcionários públicos, enquanto executores das políticas, querem que o regime da função pública saia mais perfeito e justo através dessa reforma.

Ao longo de vários anos, o Governo da RAEM introduziu algumas melhorias no regime dos trabalhadores da função pública, mas o desenvolvimento do regime ainda está muito atrasado, especialmente no que respeita à promoção do pessoal e às garantias de aposentação, levando os funcionários a sentirem-se injustiçados e afectando o seu moral. Segundo muitos funcionários, hoje em dia, os regimes de contrato além do quadro e do provimento de pessoal do quadro são cada vez mais próximos. Quando os funcionários promovidos a cargo de chefias terminam a comissão de serviço, os referidos dois tipos de funcionários podem regressar ao lugar de origem, só que o processamento é diferente, porque, para os primeiros, o regresso depende de quem decide, ou seja, há que obter uma autorização. Apesar de conseguirem regressar ao lugar de origem, terão de começar tudo a partir de um novo período experimental, ainda que trabalhem há mais de dez anos. O Governo tem sublinhado várias vezes que o tempo de serviço prestado pelos trabalhadores em regime de contrato além do quadro inclui o tempo prestado no período experimental. O Governo reconhece-o. Então, porque é que mantém esse período experimental para dificultar a vida das pessoas? Há muitos trabalhadores providos em regime de contrato além do quadro que têm de regressar ao lugar de origem, quando não há renovação da comissão de serviço. Porque é que o referido regresso está ainda dependente de um deferimento ou indeferimento, que deixa os funcionários envolvidos bastante preocupados?

Quanto às garantias de aposentação, as opiniões dos funcionários públicos são ainda mais fortes. O Governo criou, em 2006, o regime de previdência, e o sistema de aposentação dividiu-se, então, em dois regimes. Os trabalhadores contratados além do quadro só podem participar no regime de previdência, enquanto o pessoal do quadro tem o direito de opção, isto é, pode optar pelo regime do fundo de pensões ou pelo regime de previdência. Como existem muitas diferenças entre estes dois regimes, os funcionários públicos sentem-se ainda mais injustiçados, em particular, no que diz respeito aos

subsídios após a aposentação, isto é, os que optam pelo regime do fundo de pensões podem continuar a gozar dos subsídios de residência, mas os do regime de previdência, não. Ou seja, o pessoal além do quadro não tem direito a qualquer subsídio após a aposentação. Qual o porquê destes destinos tão diferentes?

Estas diferenças, que parecem diminutas, criam, em grande medida, injustiças no sistema, fazendo com que haja um tratamento diferenciado entre os funcionários públicos. Assim, como é que pode haver um bom moral entre estes? O novo Governo tem de, a partir da reforma interna, dar especial importância ao aperfeiçoamento dos regimes da função pública, para criar um ambiente de trabalho mais justo e permitir um melhor desenvolvimento aos funcionários públicos em geral. Pelo exposto, solicito ao Governo que acelere a revisão da lei para aperfeiçoar os regimes da função pública, tendo em especial consideração o desenvolvimento das carreiras dos funcionários públicos, rompendo as injustiças, para estes poderem ter o devido tratamento.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 04.08.2020

Atender ao desenvolvimento da medicina tradicional chinesa em Macau

A medicina tradicional chinesa, em desenvolvimento há já algum tempo, tem sido um dos projectos importantes do Governo para concretizar a diversificação adequada da economia. Em termos da formação de talentos nesta área, Macau oferece cursos completos desde a licenciatura ao doutoramento; em termos de investigação, tem o Laboratório de Referência do Estado para Investigação de Qualidade em Medicina Chinesa; e em termos de indústria, começou a criar, em 2011, o Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa para a Cooperação entre Guangdong-Macau. A iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota” propõe a promoção da medicina tradicional chinesa no mundo, e o “Plano de Desenvolvimento da Grande Baía” define claramente a construção de uma plataforma de medicina tradicional chinesa. Macau, enquanto região administrativa especial e membro da Grande Baía, terá mais oportunidades de crescimento no âmbito do desenvolvimento da indústria da medicina tradicional chinesa.

No entanto, o desenvolvimento de medicamentos tradicionais chineses enfrenta dificuldades, nomeadamente quanto à transformação dos estudos em resultados industriais, que ainda está por melhorar. Os residentes e os turistas pouco sabem sobre as marcas e os medicamentos tradicionais chineses fabricados em Macau, e é bastante limitado o conhecimento da sociedade sobre o seu desenvolvimento. Durante o encontro com a Administração Estatal de Medicina Tradicional Chinesa, o Chefe do Executivo afirmou que, após vários anos de esforços, o Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa já tinha conseguido ganhar alguma dimensão, no entanto, ainda se estava a estudar o rumo de desenvolvimento a seguir. É de notar que, no primeiro relatório das LAG do novo governo, também se refere o desenvolvimento da indústria da medicina tradicional chinesa, incluindo a elaboração do “Regime jurídico do registo e gestão de medicamentos tradicionais chineses”, que está incluído nas propostas de lei a entregar este ano; a criação da plataforma de investigação e transformação da medicina tradicional chinesa, com propriedade intelectual e características próprias; e o ajustamento da direcção e modelo de desenvolvimento do Parque Industrial de Medicina Tradicional Chinesa sob a cooperação Guangdong-Macau. Assim sendo, a sociedade pretende saber como é que o Governo vai concretizar estas acções governativas, para acelerar a transformação da indústria da medicina tradicional chinesa numa marca importante para a diversificação adequada da economia de Macau.

Assim sendo, apresento as seguintes sugestões:

1. Continuar a efectuar, da melhor forma, os trabalhos de introdução de empresas farmacêuticas de renome, a promoção do registo de produtos de medicina tradicional chinesa, a expansão dos mercados dos países de língua portuguesa, etc., referidos nas LAG dos últimos anos, bem como divulgar os conhecimentos e o ambiente de desenvolvimento da indústria de medicina tradicional chinesa em Macau. Tendo em conta o ajustamento do futuro desenvolvimento do Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa, o Governo deve proceder, quanto antes, a uma investigação e a um planeamento para o

futuro, com vista a elevar a eficácia do referido Parque.

2. Quanto aos diplomas complementares, o “Regime jurídico do registo e gestão de medicamentos tradicionais chineses” é uma das propostas de lei do corrente ano, e as autoridades devem garantir que seja agendada no 2.º semestre deste ano, para, através do estabelecimento do regime jurídico, ajudar à criação da imagem de marca dos produtos de medicina tradicional chinesa fabricados em Macau e apoiar a sua entrada no mercado da Grande Baía e até em todo o Interior da China.

3. Proceder à integração do ensino superior de Macau; estudar e estabelecer bases industriais; criar, o mais rápido possível, uma plataforma para a inovação e transformação da medicina tradicional chinesa, com direitos de propriedade intelectual e características próprias; transformar os estudos em benefícios reais, e elevar o peso da medicina tradicional chinesa no PIB local, com vista a dinamizar o desenvolvimento adequado da nossa economia e a diversificação industrial, em articulação com o objectivo de criar uma “Plataforma Alta da Medicina Tradicional Chinesa” na Grande Baía.

4. Aproveitar o sistema de formação de quadros qualificados do ensino superior de medicina tradicional chinesa de Macau para atrair mais jovens locais a frequentar os respectivos cursos e a integrar a área da investigação científica e industrial, criando, assim, uma reserva de talentos necessários para o desenvolvimento da indústria da medicina tradicional chinesa de Macau.

**IAOD dos Deputados Iao Teng Pio, Wu Chou Kit e Fong Ka Chio
em 04.08.2020**

Optimizar o plano geral de trânsito de Macau

Os média abordaram recentemente a questão das medidas de reordenamento da segurança rodoviária, que muito nos preocupa, especialmente o melhoramento com base em dados científicos das vias e das zebras, aliás, formas que permitam aos peões atravessar as ruas com segurança.

Macau é uma terra pequena com muita gente, o que tende a agravar-se com o desenvolvimento económico. É, pois, altura de o Governo resolver com urgência o problema da travessia das ruas com segurança. Há actualmente em Macau mais de 2 mil zebras, mas, mesmo assim, ainda ocorrem vários acidentes de viação. Quer isto dizer que as zebras deixaram de ser adequadas para os residentes? Podemos tomar como referência algumas formas de sucesso adoptadas anteriormente, por exemplo: sistema pedonal a funcionar por períodos de tempo e por accionamento ou sistema de sinais de tempo para o controlo de peões e condutores. Mais, tal como temos sugerido, passagens superiores para peões, viadutos ou túneis para separar a circulação de pessoas e veículos, aliás, a solução eficaz adoptada por muitos países e territórios. Por outras palavras, para acompanhar o crescimento social, temos, primeiro, de alterar a Lei do trânsito rodoviário, uma vez que é ela que regula as matérias sobre as instalações e as normas de travessia de peões. Macau passou gradualmente de um modo de vida pacato para um com um ritmo relativamente rápido, tanto na marcha a pé como na condução de veículos, e faz-se o possível por ganhar mais uma fracção de tempo para chegar ao destino. Sendo assim, há que ter uma visão prospectiva e ser realista no planeamento das estradas. Mais, deve ainda reduzir-se, dentro do possível, as travessias de peões nas vias principais, substituindo-as por passagens superiores ou túneis, trocar as zebras no início, no fim ou nas curvas por zebras no centro das vias acessórias, e instalar sinais com contagem de tempo.

Face ao exposto, sugerimos às autoridades que, na elaboração do planeamento urbanístico geral, se proceda a um planeamento global das vias públicas, por exemplo, a construção de vias rápidas e secundárias. A organização das estradas pode melhorar o ambiente de forma sustentável. Ao mesmo tempo que o plano geral vai ser lançado, o planeamento das estradas também precisa de ser totalmente melhorado. Para além de alguns tecidos urbanos com características históricas próprias do Centro Histórico que não podem ser alterados, podemos aproveitar a renovação urbana para melhorar o trânsito e o ambiente. Também se pode construir algumas passagens em articulação com o espaço entre os prédios (construções), por exemplo, passagens superiores para peões, para ligar os espaços do quotidiano dos residentes. Por outro lado, pode-se aproveitar os espaços ao longo da costa para criar um sistema pedonal automático, permitindo aos cidadãos apreciarem a beleza da paisagem de Macau e, ao mesmo tempo, servir de meio de deslocação para o local de trabalho. À noite, esse sistema pedonal pode tornar-se num passeio saudável para os cidadãos, o que é uma condição necessária para a construção de

uma cidade de lazer. Ademais, tem-se verificado recentemente a circulação de grupos de bicicletas nas vias urbanas, e sendo estas consideradas também viaturas nos termos da lei do trânsito rodoviário, quando o Governo considerar as necessidades do uso de bicicletas para promover deslocações ecológicas, deve também reforçar a fiscalização e organizar bem as deslocações seguras com bicicletas. Por exemplo, com a excepção de ultrapassagem, estas devem circular pela esquerda.

Por fim, para o desenvolvimento sustentável e saudável de Macau, é necessário planear e ajustar profundamente o planeamento do trânsito, a fim de construir uma cidade diversificada, com condições ideais de vida, de turismo e de lazer.

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 04.08.2020

Fazer bem a preparação para a recuperação e o plano de desenvolvimento pós-epidemia

O novo tipo de coronavírus veio trazer grandes mudanças à política e à economia global, e a economia de Macau também foi gravemente afectada. Graças às medidas de prevenção tomadas pelas autoridades e à colaboração da população, foi possível controlar eficazmente a situação de epidemia, e a passagem fronteiriça entre Guangdong e Macau foi sendo gradualmente retomada, o que constitui um estímulo para a sociedade. Quanto ao desenvolvimento de Macau daqui para a frente, considero que é necessário fazer bem o seguinte:

1. Continuar a pedir o apoio da Pátria na retoma adequada dos vistos individuais

Em Julho, as receitas do jogo atingiram apenas 1344 milhões de patacas, representando uma queda de 94,5% relativamente ao período homólogo do ano passado, e há dez meses consecutivos que registam quedas significativas. A taxa de desemprego local também aumentou para 3,4%, com muitos residentes em *lay-off*. A economia de Macau baseia-se na exportação de serviços, portanto, continuar sem turistas durante algum tempo será insustentável para muitos sectores. Ao longo deste tempo, o Governo tem melhorado os planos anti-epidemia em várias vertentes, preparando-se para receber a vinda dos primeiros turistas.

O Governo tem de informar a Pátria da situação real da epidemia, da economia e da sociedade, e continuar a pedir o seu apoio na retoma gradual dos vistos individuais, começando pela província de Guangdong, com vista a revitalizar a economia de Macau.

2. Preparar bem os procedimentos para a aquisição de vacinas e a vacinação

A epidemia está a propagar-se rapidamente em vários países, os casos continuam a aumentar, continuam a registar-se casos esporádicos em algumas regiões do Interior da China, e a epidemia na vizinha região de Hong Kong é preocupante. A epidemia pode durar mais tempo do que o previsto, e todo o mundo está focado na investigação de vacinas, à medida que se esforça na prevenção e controlo da epidemia. Em todo o mundo, vários tipos de vacinas estão na última fase de testes clínicos em grande escala, e muitos países e regiões já celebraram contratos de pré-aquisição com os fabricantes de vacinas, lutando pela obtenção imediata de vacinas para o mais rápido restabelecimento de um ambiente saudável e seguro.

O Governo está a acompanhar de perto a evolução da situação, mas ainda não foram divulgadas informações sobre a aquisição de vacinas, os procedimentos de vacinação, o preço, etc. Muitos residentes estão preocupados com as medidas a adoptar pelo Governo. Assim, este deve definir e divulgar, quanto antes, as respectivas informações, e fazer bem

e quanto antes o trabalho de pré-aquisição, para que, uma vez postas em circulação no mercado, as vacinas possam ser administradas o mais rápido possível, criando condições para o funcionamento socioeconómico seguro e para o restabelecimento rápido das relações com o exterior.

3. Elaboração do 2.º Plano Quinquenal de Desenvolvimento da RAEM

Há dias, o Politburo Central fez uma avaliação e definiu um planeamento mais recente sobre a situação económica actual, com base no entendimento de que “a actual situação económica se mantém complexa e precária, assinalada por maior instabilidade e incerteza. Como muitos dos problemas que encontramos se vão prolongar no médio a longo prazo, há que estudá-los numa perspectiva de guerra prolongada”. Propôs-se, então, “acelerar a formação de um novo padrão de desenvolvimento dominado por um grande sistema de reciclagem nacional e a promoção mútua de ciclos duplos nacionais e internacionais, e estabelecer um mecanismo de coordenação a médio e longo prazo para a prevenção e controlo de epidemias, bem como para o desenvolvimento socioeconómico”, e proceder ao planeamento inerente ao “14.º Plano Quinquenal Nacional”.

Macau, cujo desenvolvimento tem dependido do apoio da Pátria, está a participar, activamente, na construção da Grande Baía e a procurar meios em prol da diversificação industrial. As situações interna e externa do desenvolvimento nacional vão sofrer mudanças significativas a médio e longo prazo, que terão impacto significativo no desenvolvimento de Macau. O Governo da RAEM deve incorporar o mais recente julgamento e posicionamento do Governo Central, reforçar a comunicação com os ministérios e comissões relevantes do Estado e da Província de Guangdong e ouvir seriamente as opiniões e sugestões dos vários sectores de Macau, de modo a assegurar uma melhor concretização do posicionamento de Macau no novo contexto nacional, desempenhando bem o seu papel particular na construção da Grande Baía e fazendo um bom trabalho de planeamento e concepção para facilitar o avanço da diversificação das indústrias em Macau e a partilha dos frutos do desenvolvimento por parte dos residentes de Macau.

IAOD do Deputado Mak Soi Kun em 04.08.2020

Como se vai facilitar a passagem fronteiriça para recuperar a economia?

Segundo alguns cidadãos, o Governo está a negociar com o Interior da China o regresso à normalidade da circulação dos veículos com matrícula da Província de Guangdong e de Macau, dando mais um passo em frente para o “descongelamento”, o que merece elogio! Segundo a imprensa, "os proprietários dos referidos veículos têm de efectuar o registo, através do sistema de marcação prévia, para conseguirem circular entre os dois lados, e as quotas disponíveis são de 700 veículos por dia. O respectivo sistema irá, segundo a correspondente proporção, fazer uma distribuição, indicando qual é a fronteira que os veículos podem usar, no sentido de garantir um bom redireccionamento e funcionamento dos diversos postos fronteiriços".

Porém, segundo alguns proprietários de veículos com dupla matrícula, como têm de se deslocar a Xiangzhou, em Zhuhai, o uso do posto de Gongbei seria muito rápido, mas, segundo o indicado pelo referido sistema, só podem usar o posto fronteiriço de Hengqin para entrar no Interior da China, por isso, vão desperdiçar muito tempo para dar uma grande volta para chegar ao destino. Se acontecer algo urgente, o que podem fazer?

Alguns cidadãos consideram que “se gera riqueza com o trânsito aperfeiçoado e o fluxo fluente de pessoas”. No passado, devido ao grande número de pessoas e de veículos, era difícil aplicar medidas de triagem, por isso, a fronteira de Gongbei estava repleta de multidões. Mas, após o surgimento da epidemia e a normalização da sua prevenção, devemos pensar em criar um ambiente favorável para a revitalização da economia regional e o desenvolvimento económico da Grande Baía, com base nos trabalhos prioritários de prevenção. Não devemos? Alguns cidadãos sugerem que o Governo aproveite esta oportunidade para realçar as ideias de governação científica e, baseado na prevenção da epidemia e no âmbito do “Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau”, negocie com o Governo do Interior da China, implementando, a título experimental, um novo modelo de passagem e triagem dos veículos com dupla matrícula. Por exemplo, através de um sistema de marcação prévia *on-line* ou de aplicações de telemóvel, criar modelos semelhantes aos de aviso prévio ou de aviso em tempo real sobre o número de lugares de estacionamento, fixar por dia, para cada posto fronteiriço e cada período de tempo, um número de quotas para se fazer a marcação prévia, consoante as necessidades, e poder escolher postos fronteiriços onde ainda haja quotas remanescentes, isto porque, se as quotas de um dos postos fronteiriços estiverem esgotadas, escolhe-se outro para a passagem. Mas há que definir que, efectuada a referida marcação de um dos postos fronteiriços, não se pode, ao mesmo tempo, fazer marcação de outro, para facilitar a vida dos cidadãos e alcançar o objectivo de triagem! Se o referido modo experimental for satisfatório, pode ser transformado num mecanismo permanente. Será que é bom?

2020-08-04 IAOD

José Maria Pereira Coutinho

"O Governo deve esforçar mais na transparência governativa"

INTERVENÇÃO ANTES DA ORDEM DO DIA

"O Governo deve esforçar mais na transparência governativa"

De acordo com dados oficiais, desde 2015 a 2019 foram gastos do erário público cerca de dez mil milhões de patacas na aquisição de estudos, consultorias, relatórios e outros trabalhos de natureza análoga solicitados a entidades privadas e instituições universitárias.

Tem-se verificado que nos últimos vinte anos, que o Governo "não gosta" de divulgar os "serviços encomendados" talvez por "vergonha", devido à baixa qualidade dos serviços adquiridos ou talvez com o objectivo de "esconder" os seus resultados comparados com os valores pagos.

Vejamos que, em 2015, em termos de transparência governativa e publicitação nas páginas electrónicas dos serviços públicos só foram divulgados 16.88%, em 2016 foi de 17.63%, em 2017 foi de 12.29%, em 2018 foi de 8.46 % e finalmente em 2019 somente 8.16% a mais baixa percentagem de sempre.

Ou seja, em termos de transparência governativa dos gastos públicos na aquisição de estudos, consultoria, relatórios e outros trabalhos de natureza análoga dos cerca de 10 mil milhões de patacas gastos somente uma média de 12.21% dos serviços adquiridos foram divulgados publicamente nas respectivas páginas electrónicas dos serviços públicos.

Chamo a atenção do Governo, que o Senhor Chefe do Executivo prometeu no seu Programa Político "Sinergias e Avanço Mudanças e Inovação" de 2019 de que iria implementar a transparência dos assuntos do Governo e melhorar a qualidade na tomada de decisões promovendo o Governo Electrónico.

Tendo em consideração a actual situação económica e a gradual elevação da taxa do desemprego, o Governo deve reduzir drasticamente os gastos supérfluos nomeadamente os gastos avultados com a aquisição de serviços externos e a sua nova frota de automóveis.

Faço recordar que o Senhor Chefe do Executivo prometeu aperfeiçoar o Regime de Aquisição de Bens e Serviços, uniformizando os procedimentos de aquisição, reforço nos mecanismos de supervisão e controle para aumentar eficiência, transparência e a justiça destes procedimentos.

Quanto mais tarde adiarmos a implementação da transparência governativa maior será a tendência para o desperísimo e gastos inúteis aumentando a concorrência desleal e a corrupção nos procedimentos de aquisição de bens e serviços incluindo as empreitadas de obras públicas.

Muitos Obrigado!

O Deputado à Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau
aos 04 de Agosto de 2020.

José Pereira Coutinho

IAOD do Deputado Lei Chan U em 04.08.2020

Reforçar efectivamente a consciência de servir a população

Recentemente, surgiu uma notícia sobre uma construção ilegal numa fracção autónoma de um edifício, uma casa de banho foi mudada para uma varanda, obstruiu os esgotos e causou uma infiltração de água no andar de baixo. O proprietário queixou-se ao Governo durante oito anos sem ver o problema resolvido, então, pediu ajuda à comunicação social, a fim de apelar à atenção do Governo.

Posso imaginar o desamparo e a impotência desse proprietário. De facto, os média não tratam de casos particulares, eu próprio também recebi queixas semelhantes. Um residente queixou-se-me de que, no exterior da sua habitação, havia muitos resíduos de construção acumulados há anos sem que alguém os limpe, o que é um risco para a higiene. Em 2011, apresentou queixa à Administração, mas esta, depois de ter efectuado o registo de recepção das “sugestões, queixas e reclamações”, não procedeu ao devido acompanhamento; a situação durou 7 anos até que o mesmo pediu ajuda a uma associação sindical. Segundo uma carta desta associação, a Administração só respondeu cerca de 9 meses depois, afirmando que já tinha confirmado o assunto da queixa e aberto o respectivo processo para acompanhamento, mas que os casos são tratados segundo a ordem de prioridade. Os serviços competentes limitaram-se a esterilizar os resíduos e nunca mais ligaram ao assunto. Até ao momento, os referidos problemas ainda não foram resolvidos.

Estes casos reflectem a baixa eficiência interdepartamental, a falta de consciência de servir o público e a necessidade urgente de melhorar a eficiência dos serviços ao público. De facto, a ineficiência e a baixa consciência têm sido as deficiências dos serviços públicos de Macau, e as dificuldades, lentidão e complexidade daí resultantes constituem um sofrimento para os residentes. O Relatório das LAG para este ano refere, expressamente, que os principais problemas da Administração Pública são a baixa eficiência administrativa e uma oferta de serviços pouco conveniente para os residentes, uma deficiente coordenação interdepartamental dos trabalhos sem assunção de responsabilidades. Afirma-se que se continuará a elevar a eficiência governativa e a qualidade dos serviços, com vista à construção de um Governo íntegro, moderno e servidor, altamente eficiente, e que proporcione condições favoráveis à vida da população e à actividade das empresas. Pretende-se, no essencial, reforçar nos seus trabalhadores a consciência de bem servir, a conduta ética, a integridade e de «ter por base os interesses da população», rejeitando a burocracia.

Na minha opinião, a construção de um Governo orientado para os serviços exige o reforço do sentido de responsabilidade e da consciência de servir. “Se os governantes não tomam decisões em prol da população, é melhor ir para casa vender batatas doces”. Espero que os diversos serviços públicos concretizem seriamente as promessas das LAG, aumentem verdadeiramente a consciência de servir o público, e dêem respostas sérias, oportunas e abrangentes aos pedidos de ajuda dos residentes. “Fazer uma coisa de cada vez”, para que os residentes não tenham de perder o fôlego. Os assuntos ligados à vida da população são todos importantes, e o bem-estar da população está sempre interligado à

popularidade. Resolver as preocupações da população contribuirá para aumentar a sua sensação de bem-estar, a sua confiança e o reconhecimento em relação ao Governo. Além disso, é também necessário reforçar e melhorar rapidamente o mecanismo de cooperação interdepartamental e aumentar a respectiva eficácia, bem como estabelecer um sistema eficaz de colaboração nos assuntos governamentais, de modo a que os residentes não precisem de pagar a conta das ineficiências de determinados serviços públicos.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 04.08.2020

Legislar para atribuir competência aos serviços administrativos, por forma a resolver as dificuldades de entrada nas fracções nos casos de infiltração de água

As infiltrações de água nos edifícios são um problema difícil de resolver, e quando o problema é grave e não é resolvido atempadamente, pode afectar a vida quotidiana dos cidadãos e também a estrutura dos prédios. Portanto, a sociedade tem apresentado muitas sugestões para se encontrarem formas mais razoáveis para resolver as infiltrações de água, por exemplo, legislar para atribuir competência aos serviços administrativos, para acabar com as dificuldades de entrada nas fracções.

Segundo os dados estatísticos do IH, cerca de 16 por cento dos casos recebidos pelo Centro de Interserviços para Tratamento de Infiltrações de Água nos Edifícios não tiveram a colaboração dos proprietários nem foi cumprido o dever de reparação, e, evidentemente, houve dificuldades em entrar nas fracções. Nos últimos anos, receberam-se muitas queixas de cidadãos, perturbados pelas infiltrações de água, cujos problemas foram muitas vezes difíceis de resolver, especialmente devido à procura da fonte da infiltração, o que demora tempo. Também se receberam muitos casos de falta de colaboração, com os cidadãos afectados a sentirem-se impotentes por não terem meios para se queixarem. Há um caso em que o cidadão apresentou queixa ao referido Centro, mas como o proprietário da fracção do andar superior recusou a entrada do pessoal do Centro para fazer a inspecção, o problema nunca foi resolvido, e na sobreloja da sua loja já há rachaduras no betão dos pilares principais, exposição da armadura no tecto, bolor no pavimento, etc. O cidadão sente-se impotente e está preocupado, pois se a situação se mantiver, a estrutura do prédio pode ser afectada.

Segundo o regime vigente, se os proprietários não colaborarem, só com autorização judicial é que os afectados podem entrar na fracção suspeita da origem das infiltrações para inspecção e exigir o cumprimento das responsabilidades de reparação ou de indemnização. O processo é muito complicado. O Governo procedeu à revisão da “Lei de bases da organização judiciária” e o “Código de Processo Civil”, aumentando o valor da causa do processo para que mais casos de infiltração de água possam ser resolvidos através de um processo judicial mais simples e rápido, mas como as acções judiciais demoram muito tempo e nem sempre se ganha, são poucos os interessados que recorrem à via judicial, e muitos casos transformam-se em “doenças fatais”.

Foi boa a intenção do Governo ao investir enormes recursos administrativos na criação do referido Centro, que conta com a colaboração de diversos serviços públicos. Ao longo dos anos, temos testemunhado os esforços do pessoal desse Centro na tomada de medidas de acompanhamento. Perante o grande número de casos e as muitas dificuldades práticas enfrentadas, é tempo de otimizar os meios administrativos do Centro para melhorar a capacidade de tratamento dos casos e responder às aspirações da sociedade. Proponho que, através de legislação, sejam dadas competências ao Centro para sancionar os proprietários que se recusam a colaborar apesar das repetidas notificações, permitindo que o Centro recorra a meios administrativos para obrigar os proprietários a colaborar e

resolver as dificuldades de entrada nas habitações para testes.

Além disso, o problema das infiltrações não espera por ninguém, e as partes envolvidas estão, dum modo geral, ansiosas por ver o problema resolvido rapidamente. Porém, segundo as informações recolhidas, há que aguardar um ou dois meses até ao primeiro teste, e os relatórios preliminares dos testes relativos ao acompanhamento de casos complicados podem demorar um a dois anos. Espera-se que o Governo aumente adequadamente os recursos do Centro, de modo a aumentar a sua capacidade de resposta e reduzir o tempo de espera das pessoas que procuram assistência.

IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 04.08.2020

A 2.^a fase do plano de subsídio de consumo entrou em vigor no dia 1 de Agosto. Sintetizando a experiência da 1.^a fase, o programa obteve o apoio e o reconhecimento da população em geral, pois pode aliviar os encargos da vida quotidiana da população e promover o consumo. Pode ainda beneficiar as PME, contribuindo para dinamizar a economia, estabilizar o mercado e garantir o emprego.

Mais, o cartão de consumo produz ainda dois efeitos positivos: primeiro, na fase inicial do seu lançamento, verificou-se o aumento dos preços em algumas lojas e algumas operações irregulares, que levaram os cidadãos a prestar mais atenção ao mecanismo de fiscalização das lojas e dos preços dos produtos. O Governo respondeu activamente através do Instituto para os Assuntos Municipais, da Direcção dos Serviços de Economia e do Conselho de Consumidores que reforçaram a inspecção e a fiscalização, excluíram lojas certificadas e reforçaram as informações sobre os preços praticados nos mercados e supermercados, para que os cidadãos pudessem compará-los mais facilmente. A transparência dos preços também promove a competitividade saudável, contribuindo para a estabilidade do mercado e dos preços dos produtos. Espero que, no lançamento da 2.^a fase do plano de subsídio de consumo, o Governo continue a reforçar a fiscalização e a estabilidade do mercado e dos preços dos produtos, os direitos e as garantias dos consumidores e promova o desenvolvimento estável do mercado.

Segundo, o cartão de consumo também promoveu o desenvolvimento do pagamento electrónico em Macau. No passado, muitas PME tinham uma atitude expectante em relação a este tipo de pagamento, e como poucas lojas o aceitavam, os cidadãos não estavam habituados e raramente recorriam a este método de pagamento, sendo então baixa a respectiva taxa de utilização. No entanto, com o lançamento do cartão de consumo, a população começou a utilizar este método de pagamento e os lojistas instalaram os equipamentos respectivos, aumentando, num curto espaço de tempo, a taxa de utilização do pagamento electrónico. Devido à sua conveniência, a maioria das pessoas está disposta a utilizá-lo, e acredito que, mesmo que no futuro não haja mais cartões de consumo, o número e a percentagem de utilizadores vai continuar a aumentar. Actualmente, existem em Macau várias instituições e plataformas de pagamento electrónico que, embora utilizem técnicas e equipamentos quase idênticos, por razões de concorrência, não são compatíveis, na maioria dos casos, e mesmo que os lojistas apoiem diferentes plataformas de pagamento electrónico, cada uma dispõe do seu dispositivo exclusivo, o que acaba por causar inconveniências aos lojistas e aos cidadãos. Sugiro então ao Governo que proceda à respectiva coordenação e reestruturação, e que pondere a utilização do *Faster Payment System* da *Hong Kong Monetary Authority*, criando uma plataforma aberta para os operadores de serviços de pagamento, com vista a proporcionar aos consumidores e aos lojistas um serviço de pagamento seguro, eficiente e conveniente, com o objectivo de melhorar o desenvolvimento do pagamento electrónico em Macau.

IAOD do Deputado Leong Sun Iok em 04.08.2020

Há dias, os Serviços para os Assuntos de Tráfego (DSAT) anunciaram a redução da frequência dos autocarros a partir do último sábado, o que suscitou, de imediato, a atenção da sociedade, pois se sem essa redução já não se conseguia escoar os utentes, mais difícil vai ser apanhar autocarro nas horas de ponta. O Governo, em vez de aumentar, reduziu as frequências, criando muitas dificuldades aos residentes. A partir das 20 horas, a frequência passa a ser de 20 a 30 minutos e a partir das 24 horas de 60 minutos, o que significa esperas mais longas. Macau é uma cidade que funciona 24 horas por dia, há residentes que trabalham por turnos e utilizam o autocarro nas suas deslocações, assim, vão ser obrigados a gastar mais tempo nos transportes e vão ter menos tempo de descanso. Para algumas pessoas, entre as 20 e as 21 horas ainda é cedo, e, portanto, precisam de transportes.

No comunicado inicial sobre o ajustamento das frequências, não se dizia que era por causa das férias de Verão, nem quando é que tudo ia voltar à normalidade, informações que só foram reveladas há dias na conferência de imprensa. Porém, revendo as notícias dos últimos três anos, esse ajustamento acontecia anualmente a partir de Junho, mas só para a carreira de ligação à UMAC, por causa das férias, e a mesma era retomada no início das aulas. Reduzir as frequências a partir das 20 horas não tem nada a ver com as férias escolares.

A decisão de reduzir a frequência dos autocarros contraria manifestamente a “primazia dos transportes públicos”, enquanto princípio nuclear da política de transportes. A epidemia está controlada, a vida voltou à normalidade e o fluxo da circulação entre Macau e o Interior da China foi sendo gradualmente restabelecido, assim, a procura de transportes públicos aumentou, com o número de passageiros a subir de 210 mil no início da epidemia para os actuais 500 mil por dia, logo, o ajustamento não tem por base qualquer dado científico.

O Governo tem reiterado que a austeridade não vai reduzir as despesas com o bem-estar da população, e referiu numa conferência de imprensa que não vai reduzir as despesas com os autocarros. Este ano, em comparação com o ano passado, o orçamento para apoio aos serviços de autocarros aumentou 40 milhões, para 1080 milhões de patacas, portanto, é perfeitamente possível manter os serviços de autocarros como no ano passado. Estes serviços têm implicações com as deslocações diárias de centenas de milhares de residentes das classes sociais mais baixas, por isso, a redução significativa da frequência das carreiras afecta gravemente a população e prejudica a prevenção de epidemias. Além disso, alguns motoristas manifestaram-me a sua preocupação com possíveis despedimentos devido a essa redução. Exorto o Governo a retomar ou aumentar a frequência das carreiras de acordo com as necessidades da população, a fim de salvaguardar a vida da população e de garantir o emprego.

Além disso, o contrato dos autocarros deveria expirar em 2018, mas tem sido constantemente adiado, o que preocupa a população. O novo contrato tem de salvaguardar

o interesse público, elevar o nível dos serviços e ter em conta a garantia do pessoal e o futuro desenvolvimento, a fim de garantir o uso adequado do erário público. O Secretário Raimundo do Rosário afirmou que o novo contrato de autocarros ia ser resolvido antes do dia 15 de Agosto, no entanto, já estamos em Agosto e nada mais se ouviu. Solicito às autoridades que acompanhem o assunto com a maior brevidade possível, para que o público tome conhecimento do conteúdo do novo contrato e da fórmula de cálculo dos subsídios do Governo, em prol do desenvolvimento, a longo prazo, dos serviços de autocarros de Macau.

IAOD do Deputado Ng Kuok Cheong em 04.08.2020

Não desviar as atenções para fugir à imputação de responsabilidades de acordo com a lei – Imputação pública de responsabilidades aos dirigentes dos serviços públicos envolvidos em casos de comprovado abuso de poder.

Nos últimos dois anos, os sucessivos relatórios do CCAC revelaram vários casos, comprovados após investigação, de diversos tipos de abuso de poder praticados por muitos serviços públicos ao longo de muito tempo. O público suspeita que o Governo se esteja a esquivar à sua responsabilidade de imputação de responsabilidades políticas. Os titulares dos principais cargos do novo Governo referiram, na AL, que os dirigentes de alguns serviços públicos envolvidos em casos desses já tinham cessado as suas funções de direcção no ano passado (um caso de cessação da nomeação e dois casos de não renovação de mandato), salientando, para desviar as atenções, que a acusação penal é a forma de responsabilização mais forte. No entanto, alguns cidadãos fizeram chegar as suas opiniões a deputados à AL, questionando se o Governo não estará a desviar as atenções para fugir à imputação pública de responsabilidades, e para fugir à verdade de que esta responsabilização ao abrigo do Estatuto do Pessoal de Direcção e Chefia e a responsabilidade penal pertencem a níveis diferentes, e que uma não rejeita a outra, o que equivale a desistir da responsabilidade de imputar responsabilidades.

O Governo tem de salientar que não existe uma relação de incompatibilidade entre o regime de responsabilização pública – reparo público ou despacho de exoneração previstos no Estatuto do Pessoal de Direcção e Chefia – e o regime de procedimento judicial para a imputação de responsabilidade penal, e que, assim sendo, não pode – sob o pretexto de recorrer à imputação de responsabilidade penal em caso de necessidade – deixar de imputar responsabilidades de forma pública através de despacho!

Nos últimos dois anos, os sucessivos relatórios do CCAC revelaram vários casos, comprovados após investigação, de diversos tipos de abuso de poder, praticados por muitos serviços públicos ao longo de muito tempo. Relativamente aos casos referidos, não houve, por parte dos dirigentes, responsabilização pública, isto é, reparo público ou despacho de exoneração, nos termos do Estatuto do Pessoal de Direcção e Chefia. O Governo reconhece isto? Há dois anos, o CCAC remeteu o caso de abuso de poder dos dirigentes do IPIM para decisão dos órgãos judiciais sobre a respectiva suspensão. Para além deste caso, há outros que envolvem diversos tipos de abuso de poder em muitos serviços públicos ao longo de muito tempo. Os dirigentes do actual Governo reconhecem que estes casos não atingiram ainda um nível de reparo público ou de despacho de exoneração? Ou será que vão ainda apreciá-los e tomar uma decisão, com a maior brevidade possível?

IAOD do Deputado de Zheng Anting em 04.08.2020

Melhorar o mecanismo de cooperação interdepartamental

Nos últimos anos, o Governo tem afirmado que vai reforçar e melhorar o mecanismo de cooperação interdepartamental para aumentar a eficácia, e, para o efeito, lançou diversos projectos e programas, tais como o "serviço one-stop" e centros de tratamento ou grupos de trabalho, a fim de facilitar a vida da população. O trabalho e os esforços do Governo merecem reconhecimento, mas ainda há margem para melhorar a eficiência administrativa na cooperação interdepartamental, em áreas como os deslizamentos de terras, licenciamento de estabelecimentos alimentares, problemas de ruído, fornecimento de electricidade nos bairros antigos e infiltrações de água em edifícios.

Por exemplo, no passado mês de Maio, os Bombeiros enfrentaram, no prazo de uma semana, dois casos de deslizamento de terras: um deles num centro de explicações, na Avenida de Sidónio Pais, em que um muro foi derrubado por uma pedra de metro e meio por metro e meio, que caiu da montanha. Felizmente, não havia no local alunos nem funcionários, caso contrário, as consequências seriam inimagináveis. Segundo alguns moradores, telefonaram para vários serviços públicos, para os Bombeiros, IAM e Obras Públicas, com o desejo de que as pedras caídas fossem removidas imediatamente e as colinas reforçadas, para evitar a repetição de incidentes semelhantes. Porém, devido à falta de coordenação e comunicação interserviços, as pedras continuam no local e ainda nenhum serviço público avançou com obras de reparação e consolidação das colinas. Estamos na época dos tufões e chuvas, e no declive em causa não foi só em Maio que caíram pedras, na passagem do tufão Hato em 2017 também houve deslizamento de terras. Se esses declives cujos riscos são conhecidos não forem consolidados a tempo, é muito provável que ocorram incidentes mais graves. Isto demonstra a ineficácia da cooperação interdepartamental e as contradições e lacunas nas leis e regulamentos, e todos estes problemas têm um grande impacto para a vida quotidiana dos residentes.

Na minha opinião, o principal não é a falta de capacidade de coordenação interdepartamental do Governo, mas sim a sua determinação na execução. Por exemplo, nesta epidemia do novo tipo de coronavírus, o Governo criou, em 21 de Janeiro, o Centro de Coordenação da Infecção pelo Novo Tipo de Coronavírus, ao qual os residentes podem fazer chegar os seus problemas ou dificuldades, para que os mesmos possam ser respondidos e resolvidos, não havendo necessidade de deslocações de serviço em serviço. O Governo pode tomar medidas de contingência, tendo em conta o desenvolvimento da epidemia. Sob a liderança do Centro de Coordenação, os resultados da luta contra a Covid-19 foram muito bem acolhidos pela população em geral, e os resultados alcançados são notórios. Pelo visto, desde que o Governo mostre determinação e haja sincera cooperação interserviços, é possível resolver a baixa eficiência administrativa, que tem sido criticada pelos cidadãos ao longo dos anos, e as dificuldades na comunicação interdepartamental.

Os residentes esperam que o Governo aprenda com a experiência bem-sucedida deste Centro de Coordenação da Luta contra a Covid-19 e, nomeadamente em relação à

aprovação de projectos, ao fornecimento de energia eléctrica nos bairros antigos, aos problemas de ruído e até ao tratamento das infiltrações de água nos edifícios, etc., crie centros de coordenação interdepartamentais para ficar a saber melhor quais as leis que estão desactualizadas e quais os serviços onde há sobreposição de funções, proceda à revisão ou ao ajustamento de funções dos serviços e adopte medidas pontuais para ajudar os cidadãos a resolverem os problemas e para melhorar a baixa eficiência administrativa ao nível interdepartamental. Espero que o Governo coloque sempre em primeiro lugar os interesses dos residentes, eleve a eficiência administrativa nos casos que envolvem a subsistência das pessoas, e promova realmente a cooperação interdepartamental, a fim de facilitar a vida da população e servir melhor os cidadãos!

IAOD da Deputada Lam Iok Fong em 04.08.2020

O acesso ao ensino no próprio bairro para os alunos do ensino especial é tanto um desejo como um direito

Tendo em conta o actual ambiente rodoviário de Macau, podem imaginar o tempo que uma criança saudável precisa para ir para a escola todos os dias de autocarro da zona Norte de Macau para Coloane? O que vai acontecer ao seu crescimento? Imaginem que esta criança, com 10 anos de idade, tem um distúrbio físico e mental e precisa de ensino especial. O que é que significa para ela uma viagem de duas horas por dia?

Recebi recentemente vários pedidos de ajuda de encarregados de educação de alunos do ensino especial, que, em meados de Abril deste ano, foram repentinamente informados de que os seus filhos vão ser transferidos para a Escola Luso-Chinesa de Coloane, no próximo semestre, e não ficam na Escola Luso-Chinesa Sir Robert Ho Tung em Macau ou na Escola Luso-Chinesa da Taipa, que frequentam actualmente. Segundo os esclarecimentos do Governo, as instalações em Coloane são mais espaçosas e melhores, e o Governo espera que os encarregados de educação concordem com isto. Mas o que mais preocupa os encarregados de educação é o impacto que a deslocação pode ter nos seus filhos, pois, se estes optarem por se deslocar para a escola luso-chinesa em Coloane, as suas deslocações para casa e para a escola vão aumentar significativamente, levando pelo menos uma hora e tal de autocarro para a escola e vice-versa, ou até, no máximo, duas horas e tal. De acordo com o relatório de estudo elaborado pelo *Department of Health de Hong Kong*, há alunos do ensino especial com autismo que são susceptíveis a estímulos externos ou a pequenas alterações que podem agravar a condição, por exemplo, alteração dos itinerários dos veículos escolares, atrasos nas horas de ponta, etc., por isso, alguns encarregados de educação estão preocupados. Se estas crianças estão descontroladas num autocarro da escola a circular na ponte, pode ser bastante perigoso. Para alguns alunos com dificuldades motoras, se o autocarro da escola travar ou mudar de direcção de repente, estes correm o risco de ficar feridos, mais, no passado, já ocorreu este tipo de situação. Em suma, quanto mais longo for o percurso, maior é o risco para estes alunos. Mais, quanto aos alunos que frequentam escolas de outros bairros, os seus encarregados de educação têm de correr de um lado para o outro para os levar à escola. Segundo um, para levar o filho que anda de cadeira de rodas para apanhar o autocarro da escola, tem de a empurrar por meia hora, entre a sua casa no Porto Exterior e a paragem do autocarro, na Areia Preta, portanto, só na ida e volta entre a casa e a paragem gasta uma hora no total. Como a criança tem dificuldades para cuidar de si própria, o encarregado de educação, mal acaba de o levar à paragem, tem de voltar para casa para ir buscar o almoço e depois apanhar o autocarro para ir à escola dar de comer ao filho e, assim, gasta mais duas horas, e daí podemos imaginar o seu trabalho árduo. Existem muitas famílias em que, para cuidar dos filhos com necessidades educativas especiais, um dos pais se vê obrigado a demitir-se do trabalho, e tem de se deslocar de um lado para o outro, dividindo o seu dia em várias secções, e, mesmo que trabalhe, só o pode fazer em *part-time*. São poucos os seus rendimentos, e a sua pressão psicológica está cada vez mais pesada. Assim, em relação à frequência de escolas de outros bairros, não só os alunos como também os pais sentem

dificuldades. Depois de ter recebido o pedido de apoio, apresentei uma queixa à DSEJ, agradecendo-lhe o acolhimento das minhas opiniões, e esta, na semana passada, anunciou o cancelamento do plano de mudança de instalações, o que demonstra o seu carinho para com os alunos do ensino especial e os seus pais com dificuldades.

Mas, para estes encarregados de educação, o cancelamento do plano de deslocação não dissipa a sua preocupação, pois Macau não classifica as instituições de ensino especial como indicadores importantes do planeamento urbanístico nem garante que o Governo crie instalações suficientes para o ensino especial numa determinada área. Ao responder à minha questão, o Secretário para os Transportes e Obras Públicas deixou clara a ideia de que Macau apenas dispõe de uma meta de planeamento geral para o ensino especial, sem nenhum indicador para um planeamento por zona. Mas há que salientar que o acesso às escolas da zona onde vivem os alunos do ensino especial não é só um desejo dos encarregados de educação e não é uma solicitação excessiva, mas também uma exigência por força das convenções internacionais. A alínea 2) do n.º 2 do artigo 24.º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, reconhecida pelo Governo, prevê que “as pessoas com deficiência possam aceder a um ensino primário e secundário inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem”. O acesso a escolas da zona onde os alunos do ensino especial vivem é um direito protegido por lei. A criação de escolas em Seac Pai Van visa também satisfazer as necessidades do acesso à educação das crianças que aí moram. Assim, espera-se que os serviços responsáveis pelo planeamento atendam aos direitos dos alunos do ensino especial, prestando terrenos ou vagas para eles terem acesso a escolas na zona onde vivem.

Com base na actual distribuição das instalações de ensino especial, é possível que ainda haja em Macau discriminação oculta contra alunos do ensino especial. Espero que o Governo possa, ao planear as respectivas instalações, começar com acções de divulgação e sensibilização. Segundo informações de assistentes sociais experientes, a sociedade de Macau era mais fechada e conservadora, assim, os pais ficavam facilmente preocupados com a probabilidade de serem alvo de discriminação quando os filhos precisavam de ensino especial. Nessa época, as escolas de ensino especial estavam sempre localizadas em áreas remotas, nas periferias da cidade. Por exemplo, das três escolas de ensino especial, nomeadamente, Cáritas, Kai Chi e Concórdia, duas estão localizadas a meio da colina, enquanto uma num edifício comercial, o que equivale à impossibilidade de ver o sol devido às montanhas altas. Apesar da inexistência da questão da necessidade de subir a colina ou a andares altos, segundo um encarregado de educação, o seu filho está com aulas intensivas numa escola pública do ensino primário. Ao longo dos últimos dez anos, a turma do seu filho estava no 6.º andar e, apesar de a escola ter um elevador, os professores foram obrigados a levar os alunos até ao telhado quando o elevador ficou fora de serviço numa simulação de incêndio. Se houver mesmo um incêndio, a situação é inimaginável. É óbvio que as salas de aula para alunos de ensino especial com dificuldades de mobilidade devam ser no rés-do-chão. Será que tal colocação é para impedir o público de ver estes alunos? Espero que o Governo realize mais estudos para apurar se isso envolve discriminação contra pessoas com deficiências físicas e mentais.

Em suma, espero que as autoridades adotem medidas mais amigáveis e sem barreiras para os alunos de ensino especial e os seus pais, incluindo a escolaridade nos bairros onde moram e as precauções de segurança. Para que o ensino especial tenha sucesso, há que contar com o amplo apoio da sociedade. Um ambiente não discriminatório permitirá aos alunos de ensino especial e aos deficientes físicos e mentais terem um ambiente verdadeiramente livre de barreiras.

IAOD da Deputada Leong On Kei em 04.08.2020

Devido aos trabalhos de prevenção da epidemia realizados pelo Estado e por Macau nos últimos meses, o desenvolvimento global da nossa economia sofreu grande impacto. Sob a liderança do Chefe do Executivo, Ho Iat Seng, o Governo lançou várias medidas activas para a prevenção da epidemia, e adoptou várias políticas para fomentar a economia e promover a procura interna, esforçando-se assim e, de forma incansável, por prevenir e combater a epidemia em Macau, mantendo o normal funcionamento da sociedade.

Para retomar, quanto antes, a normalidade social e económica de Macau com o Interior da China, as autoridades realizaram várias negociações com os serviços homólogos do Interior da China sobre a reabertura das fronteiras, tendo-se alcançado alguns progressos. A partir de 15 de Julho, entrou em vigor a isenção de quarentena entre Guangdong e Macau, e foi retomado o processamento dos vistos de entrada para Macau dos residentes da Província de Guangdong, com excepção dos vistos turísticos; e, a partir de 12 de Agosto, vai ser retomado o processamento dos referidos vistos dos residentes de outras províncias.

Mas as actuais medidas facilitam apenas a ida dos residentes de Macau para o Interior da China, e só uma pequena quantidade de pessoas com visto de negócios ou de estudo é que pode vir para Macau, por isso, apesar da retoma de normalidade nas fronteiras entre Macau e Guangdong, na prática, a passagem fronteiriça continua a ser unidireccional, ou seja, os residentes de Macau podem atravessar a fronteira como habitualmente enquanto os do Interior da China não, e o intercâmbio económico e cultural entre os dois lados ainda não foi restabelecido.

Após vários meses de trabalho árduo, a prevenção da epidemia em todo o país e em Macau obteve sucesso faseado, e o trabalho de prevenção da epidemia entrou em “normalização”, para garantir a vida e a saúde da população. Nestas circunstâncias, embora esse trabalho seja a tarefa mais importante, deve-se manter um espaço apropriado para as operações sociais normais, o desenvolvimento económico e os diversos assuntos de subsistência.

Macau é uma das cidades centrais da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau e o seu próprio desenvolvimento está estreitamente ligado ao desenvolvimento dessa Baía em geral; também fica geograficamente próxima da Província de Guangdong e, ao longo dos anos, os dois locais sempre tiveram trocas frequentes de pessoas, economia, comércio e cultura, com um papel muito importante no desenvolvimento social, económico, cultural, humano e de subsistência dos dois locais. A este respeito, espera-se que as autoridades continuem a envidar esforços para negociar com o Interior da China, para retomar a viabilidade da emissão de vistos de entrada em Macau para os residentes da Grande Baía. Acredita-se que, desde que Macau, como sempre, se empenhe na prevenção e no combate à epidemia, se adapte à normalidade e recupere os vistos de algumas regiões para visitar Macau, ajudará o intercâmbio económico, comercial e cultural, e as relações estreitas entre Macau e as cidades da Grande Baía e, para além de salvaguardar a vida, a saúde e a segurança dos residentes, ainda pode aumentar a confiança dos diversos sectores da sociedade em Macau.

IAOD do Deputado Sou Ka Hou em 04.08.2020

A preservação cultural é a melhor forma para o desenvolvimento sustentável

Recentemente, o Conselho Consultivo para os Assuntos Municipais, composto por membros nomeados pelo Governo, efectuou “um rastreio rigoroso” sobre os nomes das ruas, pregoando “substituir todos os nomes colonialistas, pois carregam a história da humilhação do povo chinês. Se se mantiverem, suspeita-se que é uma homenagem aos invasores e uma condescendência ao desvalor dos colonialistas”. Estas palavras descolonizadoras foram intensamente criticadas na sociedade, e o IAM apressou-se a esclarecer que “muitos nomes de ruas em Macau são produto da História, usam-se há muito tempo, e são familiares para os residentes. Assim, não está a ser equacionada a mudança dos nomes das ruas”.

Até se colocada esta questão, muitas pessoas nunca tinham pensado se eram pró-colonialismo ou patrióticas, pois a forma de pensar é directa e simples: todas as coisas, tijolos e telhas, nomes e apelidos, boas ou más, tristes ou felizes, são sempre componentes indispensáveis e inalienáveis da cidade. Nós, gentes de Macau, éramos, somos e seremos, até ao último fôlego, guardiões desta memória única do mundo.

Macau é ainda Macau porque é diferente de outras inúmeras cidades. A cultura indígena pode não ser épica, e os monumentos podem não representar a excelência arquitectónica, mas estão impregnados de memórias e experiências características deste local, e assim teceram a originalidade de Macau. Assim sendo, qualquer tentativa, verbal ou accional, de abalar, enfraquecer, substituir ou mesmo destruir estas vantagens especiais é sempre repreendida e desprezada pela população.

Se se quiser concretizar, de facto, este tipo de pensamento extremista, a mudança do nome das ruas é só o aperitivo, e o centro histórico deve ser o primeiro a sacrificar. Se assim for, repete-se o que os Guardas Vermelho fizeram no movimento de “danificação de quatro coisas velhas”, ou seja, tem de se destruir a fortaleza, as muralhas, as igrejas, os faróis e as praças, pois todos têm marcas do colonialismo, e, no palco mundial, perde-se o título de Património Cultural. Coincidentemente, este ano assinala-se o 15.º aniversário da inscrição do Centro Histórico de Macau na Lista do Património Mundial, portanto, este tipo de pensamento é, evidente e particularmente, satírico e ridículo.

De facto, com o rápido desenvolvimento urbano, a preservação da cultura tem sido sempre objecto de ameaça. Entretanto, o Governo tem tirado grande proveito da celebração desse aniversário, mas não se pode esquecer que a lei do património cultural de Macau só entrou em vigor ao fim de nove anos da referida inclusão. Mais, o plano de salvaguarda do Centro Histórico continua em branco, e o Farol da Guia, que está gravemente cercado por edifícios altos, está a emitir um sinal de socorro, e até as duas casas centenárias de tijolo cinzento, no Pátio da Eterna Felicidade, foram deitadas abaixo, sem qualquer aviso prévio, restando agora apenas um terreno vazio. Nos últimos anos, o

Governo actuou de forma caótica na concessão de terrenos e no levantamento das restrições das cotas altimétricas, o que gerou problemas graves, que acabaram por resultar no surgimento de edifícios altíssimos atrás das Ruínas de São Paulo e da Igreja da Penha, destruindo-se assim, irremediavelmente, a paisagem cultural de Macau. Cada vez que as pessoas passam por lá, ficam tristes e chocadas.

A preservação e o desenvolvimento não devem nunca ser contraditórios nem opostos, antes pelo contrário, dar continuidade e promover a preservação da cultura é precisamente a melhor forma de assegurar o desenvolvimento sustentável da cidade. Veja-se o exemplo de Paris, onde está a sede do Centro do Património Mundial da UNESCO. Esta cidade antiga está coberta de vestígios da sua história, gloriosa e dolorosa, e o governo local fez bom uso de leis e políticas para manter a cidade como era há séculos, e isso não impediu as dezenas de milhões de turistas que a visitam anualmente. Quando a experiência de Paris se veio repercutir no hemiciclo de Macau, que fica tão longe dela, está provado o sucesso da política “deixar Paris ser Paris”, e devemos então perguntar: porque é que a experiência de Macau não pode ser um exemplo internacional? Não podemos, de facto, esforçar-nos para “deixar Macau ser Macau”?

A alma de uma cidade não está no betão nem no aço, e a preservação da cultura é uma grande obra que abre novas eras, portanto, qualquer governante deve ter pensamento e horizontes altamente prospectivos, concretizando a ideia de que a preservação é o melhor para o desenvolvimento sustentável. Amar Macau não deve ser apenas um slogan, deve ser concretizado por acções. Só quando forem inabaláveis as ideias defensoras da protecção do património mundial e da cultura local (as quais aos olhos de algumas pessoas são um obstáculo) é que é possível as forças da sociedade civil controlarem a cobiça e a corrupção praticadas em nome do alegado “desenvolvimento”, defendendo-se verdadeiramente a nossa cidade!

IAOD do Deputado Au Kam San em 04.08.2020

Quebrar os constrangimentos burocráticos para reter investimentos e promover a diversificação das indústrias

Segundo revelou o Chefe do Executivo Ho Iat Seng na sessão de perguntas e respostas do passado mês de Abril, o Governo recomendou mais de 20 projectos de investimento para Hengqin, no valor de cerca de 400 mil milhões. Que se saiba, o IPIM recebeu muitos projectos apresentados por empresas de Macau para se desenvolverem em Hengqin, que envolvem um investimento de 400 mil milhões, e todos são projectos de desenvolvimento integrado e de tecnologia e ciência, não são projectos imobiliários. O Governo já definiu a lista do primeiro grupo de projectos, que são mais de 20, e vai estudá-los e concretizá-los em conjunto com Hengqin.

O Governo gritou, durante anos, o slogan da diversificação da indústria, mas a economia está cada vez mais monótona. E o resultado disto é a economia estar quase em colapso porque a vinda de turistas está a ser afectada pela epidemia. Neste momento, há investimentos superiores a 400 mil milhões, que implicam diversas indústrias e que, por recomendação da RAEM, vão para Hengqin. O Governo está a desempenhar o papel de aconselhamento, e o que está a fazer, na realidade, é empurrar para Hengqin capital que pode ser investido em Macau, pois está disposto a agir em prol do desenvolvimento das indústrias de outrem sem obter nenhum benefício, ignorando assim as necessidades prementes de Macau ao nível dos investimentos e da promoção da diversificação da indústria. É difícil considerar que se trata de práticas de um governo responsável.

Por este motivo, no passado dia 8 de Maio, interpelei o Governo sobre como é que vai manter, em Macau, parte dos referidos investimentos. Nessa interpelação escrita, aponto o seguinte: “a intenção de Macau é investir em grande escala nas empresas de Hengqin. Prevê-se um investimento de 400 mil milhões de patacas, mas apenas em Hengqin, portanto, trata-se duma “canalização de capitais para o Norte”, agravando a situação de investimento em Macau. O Governo procedeu a algum estudo sobre a possibilidade de manter esse investimento em Macau? Macau apresenta vantagens, é um porto franco e tem um regime tributário simples, que permitem que os capitais entrem e saiam livremente, sendo pouca a intervenção política. O Governo deve conseguir definir políticas de acordo com as necessidades dos investidores, deixando em Macau, por exemplo, 40 mil ou 80 mil milhões de patacas, que são 10% ou 20% dos 400 mil milhões, o que só beneficiaria a diversificação da indústria de Macau. Não será assim?”

Posteriormente, no dia 8 de Junho, em cumprimento das instruções do Chefe do Executivo, os Serviços de Estudo de Políticas e Desenvolvimento Regional (DSEPDR) responderam, porém, fogem completamente às minhas questões, limitando-se a afirmar que, ao longo destes anos, o Governo aperfeiçoou o ambiente de investimento e simplificou as respectivas formalidades. Isto não passa de palavras estereotipadas. Se a forma de captação de investimento foi bem-sucedida, se as formalidades foram simplificadas e tornadas mais convenientes, e se o sistema burocrático que impedia os

investimentos e os negócios foi otimizado, Macau, enquanto porto franco e região de baixa tributação, deveria apresentar um desenvolvimento melhor do que o actual, e a economia deveria ter-se desenvolvido de forma diversificada, sem necessidade de depender apenas da indústria do jogo, como se tem verificado nos últimos 20 anos.

Prevê-se um investimento de 400 mil milhões de patacas, mas apenas em Hengqin, portanto, trata-se duma “canalização de capitais para o Norte”, agravando a situação de investimento de Macau, e isto, a meu ver, é inadequado. Muitos governos regionais não hesitam em deslocar-se ao exterior para apresentar aos investidores estrangeiros a sua situação económica e industrial, para atraí-los a investir nas suas regiões. O Governo da RAEM, em vez de atrair os investidores estrangeiros para Macau, apresenta-lhes oportunidades de investimento fora de Macau, o que assusta a sociedade. Não admira, pois, que o nosso *slogan* seja “Macau é diferente”.

Solicito ao Governo que estude a viabilidade desses 20 projectos, que ultrapassam 400 mil milhões de patacas, que analise as razões que os levaram a planear investir no Parque Industrial em Hengqin e que, tendo em conta a situação concreta desses projectos, e no pressuposto da justiça, da transparência e da legalidade, crie condições para satisfazer as necessidades dos investidores para os atrair a investir em Macau. Macau nunca deve ser subestimada atendendo às suas vantagens próprias, pois é um porto franco, a tributação é baixa, a entrada e a saída de capitais é livre e a intervenção política é pouca. O maior obstáculo ao seu desenvolvimento económico não é a escassez de terrenos nem a falta de recursos humanos, mas sim a corrupção e a estagnação do sistema burocrático. O Governo gritou, durante os 20 anos que se seguiram ao estabelecimento da RAEM, os slogans “aumento da eficiência administrativa”, “simplificação de formalidades administrativas” e “racionalização de quadros e simplificação administrativa”, porém, os resultados são fraquíssimos. O sistema burocrático e a baixa eficiência administrativa são sempre uma muralha para os investidores. É urgente o Governo envidar todos os esforços para romper com os obstáculos da burocracia, e lutar para os referidos 400 mil milhões serem investidos em Macau!

IAOD do Deputado Lao Chi Ngai em 04.08.2020

Sugestões para fazer face à incerteza da economia

A pandemia continua a flagelar o mundo, e está longe de ficar controlada. Em Hong Kong, a situação voltou a agravar-se. Mais, os riscos geopolíticos aumentaram. Assim, não são claras as perspectivas para a economia de Macau, muito dependente do jogo. Nos próximos meses, a 2.^a fase do cartão de consumo e a continuação do projecto “Vamos! Macau!” vão produzir efeitos positivos, promovendo o desenvolvimento do círculo económico interno, mas na segunda metade do ano, a economia continua a enfrentar muita pressão, e não se sabe quanto tempo vão durar os dias difíceis. Assim, apresento as seguintes opiniões e sugestões:

1. Austeridade e economia: colocar os recursos no lugar devido.

Com a pandemia, as receitas públicas diminuíram drasticamente. Apesar da gorda reserva financeira, segundo a situação actual, prevê-se que nos próximos um ou dois anos, dado que são muitos os factores incertos, a retoma da economia não vai ser como queremos, pois, é difícil diversificar as fontes de receitas. É correcta a decisão de austeridade do Governo, sem afectar o bem-estar da população, e de gastar a reserva financeira, acumulada nos anos prósperos, com os projectos de resgate, para beneficiar a população, estabilizar o emprego e incentivar a economia. Poupar e gastar onde é necessário é um princípio das finanças públicas que merece o elogio e apoio.

2. Prestar atenção ao problema do desemprego, adoptar medidas preventivas e definir, com antecedência, os planos respectivos.

Segundo o Governo, a taxa de desemprego global mais actualizada é de 2,5%, e a taxa de desemprego dos residentes é de 3,5%. Em comparação com as regiões vizinhas, estes dados são bastante satisfatórios, e a mediana salarial dos residentes também não sofreu qualquer impacto, o que demonstra que as políticas e medidas adoptadas pelo Governo para fazer face à epidemia surtiram efeito. No entanto, há que manter o alerta. O acesso ao emprego é essencial para o bem-estar da população e para a estabilidade social. Os dados estatísticos podem não reflectir completamente a situação mais recente, e as taxas de desemprego e subemprego continuam a subir, por isso, creio que a primeira ainda não chegou ao ponto mais alto, portanto, sugiro ao Governo que preste atenção redobrada ao assunto, adopte medidas preventivas e prepare bem as políticas e medidas a adoptar.

3. Integrar a economia interna do Interior da China.

Olhando para o mundo, a situação de prevenção da epidemia e de recuperação económica do nosso País continua a estar no bom caminho, e o crescimento económico do 2.º trimestre passou de negativo a positivo, com um aumento de 3,2% em termos anuais. O Governo da RAEM pode acelerar a sua integração no desenvolvimento do País para participar na sua economia interna, por forma a concretizar a recuperação económica, entretanto, também não pode ignorar a economia externa, e a curto prazo pode, através de

(Tradução)

plano de “bolha turística” regional, retomar o intercâmbio de turistas com os países e regiões onde a epidemia está estável e controlada, com vista a acelerar a recuperação da economia de Macau no âmbito do turismo e lazer.